

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALINE ROBALO KILKA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE
VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA**

**São Borja
2017**

ALINE ROBALO KILKA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE
VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Dr^a Jaina Raqueli Pedersen

**São Borja
2017**

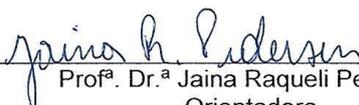
ALINE ROBALO KILKA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE
VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social

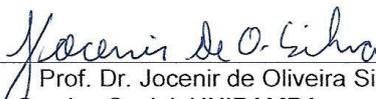
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07/12/2017

Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Jaina Raqueli Pedersen
Orientadora

Curso de Serviço Social, UNIPAMPA, campus São Borja



Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva
Curso de Serviço Social, UNIPAMPA, campus São Borja



Prof. Dr. Jorge Alexandre Silva
Curso de Serviço Social, UNIPAMPA, campus São Borja

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes com deficiência. Na expectativa que tenham visibilidade diante da sociedade e que as políticas públicas lhe sejam realmente eficazes. Agradeço, por me proporcionarem perante as suas emoções, gestos e histórias uma lição de aprendizado diante da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a sabedoria e forças necessárias para a concretização do sonho da graduação. E se estou comemorando a colação de grau foi por que assim o Senhor desejou.

Ao meu eterno companheiro de vida Cristiano, por me ajudar em todos os momentos, pelo incentivo, por se abdicar tantas vezes dos seus afazeres para me auxiliar em tudo possível, principalmente nos cuidados com nossa filha, para que eu pudesse seguir com a minha graduação. Sem você eu não conseguiria!

A minha amada filha Isabela, que durante o meu período de formação fostes gerada e concebida. És a minha maior fonte de inspiração para lutar por todos os meus objetivos, pensando no seu futuro. Enquanto, repousavas em um descanso como um anjo recém nascida, juntei forças, enfrentei o sono durante as madrugadas, para concluir as atividades acadêmicas. Obrigada por ser a luz da minha vida!

Agradeço muito a minha mãe Vera por me incentivar, me apoiar, me aconselhar em todos os momentos cruciais em que precisei estavas lá para me amparar.

Agradeço a minha vozinha materna Domingas, minha segunda mãe por todas às vezes em que também me impulsionou a seguir em frente com minha graduação.

Agradeço ao meu pai Juvêncio e irmão Alan pelas vezes em que me ouviram pacientemente e também me incentivaram. Obrigada!

Agradeço de uma forma muito especial minha orientadora Prof. Dr^a Jaina por todo o aprendizado que me proporcionou, pela imensa compreensão que tivestes comigo, pela sua disponibilidade em me subsidiar no TCC. Obrigada por repassar o seu saber!

Agradeço ao Prof. Dr. Jorge, por todas as Supervisões de Estágios de Serviço Social, pela paciência, sensibilidade, por todo o seu empenho para subsidiar no desempenho profissional na instituição.

Agradeço a todos os meus professores da graduação de Serviço Social, que me possibilitaram uma formação com qualidade com seus ensinamentos, reflexões e histórias que contribuem para a formação profissional de um acadêmico. Toda a minha admiração por vocês!

As amizades que levarei para sempre e que a Universidade me proporcionou, principalmente a Aline, Jocasta e Rosane. Obrigada pelos momentos de parceria e descontração.

Agradeço ao meu campo de Estágio de Serviço Social a APAE, em particular a Maria do Carmo por todas as contribuições profissionais que me transmitiu. Aos usuários da instituição, que foram luz para efetivação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Que me proporcionaram um aprendizado inestimável tanto profissionalmente, mas especialmente aprendi muito sobre a vida com vocês.

A todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse ao final desse processo de graduação de Serviço Social. Muito obrigada!

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive sem ter consciência de que é dono do seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

“Diabético” é quem não consegue ser doce.

“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

“Miseráveis” são todos que não conseguem falar com Deus.”

Mario Quintana (30/07/1906 - 05/05/1994)

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar se a vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias de crianças e/ou adolescentes com deficiência contribui para a manifestação de situações de violência. O interesse em estudar esta problemática teve sua gênese, durante o Estágio Supervisionado de Serviço Social I e II, realizado na instituição APAE – São Borja, na qual surgiram casos inquietantes acerca da temática proposta. Para explicar as questões que transcorrem esta temática de estudo foi desenvolvida uma reflexão acerca da história das Pessoas com deficiência. Posteriormente, será abordado sobre as condições sociais de vulnerabilidade em que as crianças e adolescentes vivem, analisadas principalmente nos usuários da APAE no município de São Borja e a violência contra crianças e adolescentes com deficiência como também as formas de violência que as vitimizam. E por conseguinte, finalizando a fundamentação teórica com a negligência e a violência sexual como as principais formas de violência contra crianças e adolescentes com deficiência na referida instituição. O tipo de pesquisa utilizada foi à qualitativa. Para obtenção dos dados foram utilizados a pesquisa documental na instituição (APAE) e pesquisas bibliográficas considerando autores que estudam a problemática em questão. O Método Dialético Crítico subsidiou a pesquisa com a expectativa de problematizar a realidade estudada, identificando suas contradições. O método de análise utilizado é o de análise de conteúdo. As informações obtidas com o estudo revelam que a vulnerabilidade social está inteiramente interligada com as situações de violência em que crianças e adolescentes com deficiência são vitimizadas. As condições sociais e objetivas de vida em que essas famílias estão envolvidas propiciam que crianças e adolescentes com deficiência sejam expostas aos riscos e a violência. Tanto pela vulnerabilidade da própria deficiência como também pelo conjunto de fatores sociais e culturais que permeiam a família. Esta problemática leva a reflexão que é necessário que crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência, tenham mais visibilidade pelos órgãos públicos com seriedade, pois, é um problema existente e infelizmente é ainda invisível para a sociedade.

Palavras Chave: Crianças e adolescentes com deficiência; Violência; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The goal of this research is to examine whether the social vulnerability experienced by families of children and/or adolescents with disabilities contributes to the manifestation of violence. The interest in studying this issue had your Genesis during the supervised internship of Social services I and II, held at the Institute APAE – São Borja, in which disturbing cases have arisen about the proposed theme. To explain the issues that traverse this category of the study was discussed the reflection about the historical construction of persons with disabilities, the social conditions of vulnerability in which children and adolescents are «air-conditioned and violence against children and adolescents with disabilities as well as the forms of violence that victimize, and finalizing the theoretical foundation with neglect and sexual violence as the main forms of violence against children and adolescents with disabilities about the context of APAE – São Borja. The type of research used was the qualitative, data were used to obtain the document at the institution research and bibliographical research with authors who study the problem of research. The dialectical method Critical subsidized research with the expectation to explain reality studied. The method of analysis used is content analysis. The information obtained from the study reveal that social vulnerability is entirely connected with the violence in which children and adolescents with disabilities are victimized. The objective of life and social conditions in which these families are involved provide that children and adolescents with disabilities are exposed to risks and violence. Both the vulnerability of their own disabilities but also by social and cultural factors that permeate the family. This problem leads to reflection it is necessary that children and adolescents with disabilities who are victims of violence, have more visibility by public agencies with seriousness, Yes, it's a problem and unfortunately is still invisible to society.

Keywords: Children and adolescents with disabilities; Violence; Social vulnerability.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 -Casos atendidos na instituição APAE, onde é enfatizado a vulnerabilidade social e as principais condições sociais de vulnerabilidade:	33
Quadro 2- as principais referências bibliográficas mais utilizadas. Entre eles, estão artigos, teses e dissertações.....	39
Quadro 3- Casos atendidos na instituição APAE de crianças ou adolescentes vitimizados por violência.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCD – Pessoas com Deficiência

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	18
2.1 Aspectos históricos das Pessoas com Deficiência no mundo e no Brasil	18
2.2 Crianças e adolescentes com deficiência	24
3. Questão Social	27
3.1 Compreendendo a categoria vulnerabilidade social	29
3.2 As situações sociais de vulnerabilidade social vivenciadas pelas crianças e adolescentes com deficiência do município de São Borja	32
4 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA ...	38
4.1 As formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência	43
4.2 A negligência e a violência sexual como as principais formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência conforme dados da APAE - São Borja	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como finalidade abordar um tema que não possui muita visibilidade, tanto para a sociedade, quanto para a comunidade acadêmica que trata-se da: Violência contra crianças e adolescentes com deficiência. O atrativo em estudar esta problemática manifestou-se com base da experiência de Estágio Supervisionado I e II (2016-2 e 2017-1), o qual foi realizado na APAE – Associação de Pais e Amigos, no município de São Borja. Durante este período observou-se situações vivenciadas por usuários que instigaram a realização de uma pesquisa para ter o conhecimento acerca deste tema, que será problematizado no decorrer do estudo.

No que se refere aos casos de violência e/ou suspeita contra crianças e adolescentes com deficiência, durante todo o período de Estágio Supervisionado, foram identificados cerca de doze (12) casos. A violência se expressava principalmente através da negligência e suspeita de abuso sexual. Outro aspecto relevante, diz respeito às características das famílias em que a violência se reproduzia, sendo observado, em todos esses casos específicos que as famílias viviam em situação de vulnerabilidade social.

Esse fato sugere analisar que a vulnerabilidade social, também é um aspecto determinante, que contribui para que a violência esteja presente em famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência. Ou seja, o modo de produção capitalista, através da exploração de classe e do modo contraditório e desigual que destina o acúmulo econômico, permeia e regula as relações sociais, gerando assim, diversas expressões da questão social, como a violência (IAMAMOTO, 2012).

No que diz respeito, a relevância deste estudo na área acadêmica é de ser um subsídio de informação acerca desta temática para a comunidade acadêmica, pois, se trata de um assunto pouco abordado e que necessita ser mais explorado. Em relação, a importância desta pesquisa no âmbito profissional, é no sentido de contribuir teoricamente para a categoria dos Assistentes Sociais, acerca desta problemática sobre a vulnerabilidade à violência em crianças e adolescentes com deficiência. É importante salientar, que tanto a vulnerabilidade social quanto a violência são objetos de análise profissional, pois, fazem parte de e expressões da questão social que é objeto de trabalho do Assistente Social (IAMAMOTO 2012). E também por ser um tema escasso em literaturas e ainda desconhecido, entre os

autores contemporâneos do Serviço Social e que necessita ser discutido, por se tratar de uma temática que o Assistente Social pode deparar-se no seu exercício profissional.

E referente, a relevância deste estudo na área social é principalmente para dar visibilidade e atenção, subsidiando conhecimentos à comunidade local acerca deste tema. Principalmente, sobre a violência contra crianças e adolescentes com deficiência, que parece ainda ser um tabu, por se tratar de um assunto pouco denunciado e revelado na sociedade.

A partir de leituras sobre o tema, formulou-se o seguinte problema: A vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias de crianças e/ou adolescentes com deficiência contribui para a manifestação de situações de violência? E fundamentado no problema foram elaborados as seguintes questões norteadoras: Quais as principais formas de violência que vitimizam crianças e/ou adolescentes com deficiência? A criança e/ou adolescente com deficiência está mais vulnerável às situações de violência? Quais as situações sociais de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência?

Em relação ao objetivo geral da pesquisa possui a finalidade de analisar de que forma a vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência contribui para a manifestação de situações de violência, a fim de qualificar a compreensão acerca desta temática/ problemática. No que se refere aos objetivos específicos do estudo foram propostos da seguinte maneira: Identificar as principais formas de violência que vitimizam crianças e/ou adolescentes com deficiência; Verificar as situações sociais de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência e Analisar se criança e/ou adolescente com deficiência está mais vulnerável às situações de violência.

A pesquisa teve como método o dialético crítico, que proporciona o entendimento e busca explicar os problemas e contradições: As categorias do método para esse estudo serão historicidade, contradição e totalidade, que são apropriadas para o desvendar a realidade local. A historicidade é o contexto das informações adquiridas da realidade social. A historicidade faz parte do entendimento de como a violência contra as crianças com deficiência e adolescentes é evidenciada, compreendendo a singularidade do indivíduo. E também no que se refere, como as pessoas com deficiência são entendidas através da história. Bem

como, as lutas e conquistas de direitos e superação de preconceitos e estigmas, que ainda no contexto da atualidade é evidenciado, porém, em menores proporções, se comparado com a antiguidade por exemplo. Marx (apud TURCK, 2012, p.13) ressalta que a historicidade é como um processo que compreende a processualidade dos fatos, sua provisoriedade e seu movimento permanente de superações.

Na contradição é preciso evidenciar o modo como a realidade apresenta e do modo de produção, no caso desse estudo são as crianças e adolescentes com deficiência que sofrem os diversos tipos de violência. Com sentimentos de ameaças, abandono e violação de seus direitos como pessoa humana. Marx (apud TURCK 2012, p.13) também afirma que a contradição é a força motriz que provoca o movimento de transformação instigando a partir de luta dos contrários, os processo de mudança, devir na realidade dos sujeitos.

No que diz respeito, a violência contra as crianças e adolescentes com deficiência, a contradição está no fato em que o Estado, por intermédio do ECA- Estatuto da criança e do Adolescente, promulgado em 1990 que assegura os direitos da criança e do adolescente no papel. Porém, muitas vezes, esses direitos não podem ser viabilizados ou existe uma demora demasiada da justiça, para que aconteça de fato uma medida de proteção da criança e do adolescente com deficiência e enquanto isso, a criança ou adolescente fica ainda exposto aos riscos, pela violência que sofre. Existe, uma burocracia, na coleta de provas em crimes como por exemplo: o abuso sexual. A contradição também está presente em instituições que atendem as pessoas com deficiência como a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, pois, como se trata de uma instituição filantrópica, privada e também está inserida como uma ONG – Organização Não Governamental, ela possui limites, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros reduzidos.

A totalidade analisa as particularidades que constrói mediações, que viabiliza a concepção da humanidade nas situações existentes nas estruturas da sociedade. Em relação, as crianças e os adolescentes com deficiência vítimas de violência, a totalidade direciona-se conhecimento da realidade do sujeito, tratando do desenvolver das crianças e adolescentes na sociedade, viabilizando as manifestações apresentadas pelas crianças e adolescentes. A categoria totalidade será representada, ao identificar por exemplo as situações de vulnerabilidade social

das crianças e adolescentes com deficiência que sofreram algum tipo de violência. De acordo com Marx (apud TURCK 2012, p.13) A totalidade é como um todo articulado por conexões que permite a apropriação do cotidiano a partir da compreensão histórica, econômica e política como constituintes da construção da sociedade capitalista ocidental. No entanto, na para Marx apud Netto (2011, p.56) a totalidade se trata da sociedade burguesa que é estruturada e articulada.

O tipo de pesquisa utilizada para a realização do estudo foi a qualitativa. Considerando o problema de pesquisa, buscará informações e levantamento de dados em fontes bibliográficas e documentais. O universo compreendeu a literatura produzida sobre o tema da deficiência, vulnerabilidade social e violência contra crianças e adolescentes com deficiência.

É importante destacar que o presente estudo, baseou-se para responder os objetivos específicos em 7 (sete) bibliografias principais, que são: BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering de Barros. *Proteção e vulnerabilidade à violência familiar em crianças e adolescentes com deficiências*; BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering, et al. *A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências*; CALVANCANTE, Fátima Gonçalves, et al. *Diagnóstico situacional da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro*; CALVANCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência*; MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. *Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares*; VAZ, Viviane Cristina Silva. *A negligência familiar sob o olhar de mães e de profissionais da APAE-Franca*; WANDERER, Aline. *Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: Discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia*. Onde houve uma predominância dos autores da área de saúde e somente uma tese da área do Serviço Social. Tais, referências foram encontradas nas plataformas Scielo e o Banco de teses da CAPES que abordam, respectivamente as categorias: vulnerabilidade, violência contra crianças e adolescentes com deficiência.

Quanto à amostra foi utilizada livros sobre o temas, teses e dissertações, artigos científicos. A pesquisa utilizou das técnicas para o estudo, o tipo bibliográfica e documental realizada na instituição APAE. E o instrumento para coletar os dados

será um roteiro norteador¹. Para os procedimentos de análise e interpretação será utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2009). É importante ressaltar, que as respostas para o estudo serão respondidos no decorrer dos capítulos do trabalho.

A presente pesquisa está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução. Posteriormente, no segundo capítulo será abordado o contexto histórico sobre a pessoa com deficiência e como elas eram tratadas desde a antiguidade no contexto brasileiro e também mundial, será explanado sobre as lutas e o movimento político no Brasil das PCD além das conquistas como sujeitos de direitos que foram adquiridos. Em seguida, será explanado acerca das crianças e adolescentes com deficiência, assim como as políticas públicas que atualmente as amparam.

No segundo capítulo será problematizado as crianças e adolescentes com deficiência e as situações sociais de vulnerabilidade. Abordando as situações sociais evidenciadas através da pesquisa documental, na instituição APAE e também com referências bibliográficas em artigos e teses com autores que pesquisam sobre a temática. A seguir, no próximo item será explanado acerca da Questão Social, desde a sua gênese fundamentada em autores contemporâneos do Serviço Social, enfatizando que a violência é uma expressão da Questão Social. Finalizando o capítulo, será discutido sobre a categoria vulnerabilidade social a fim de, compreender melhor esta terminologia tão usual dos Assistentes Sociais.

O terceiro capítulo apresenta a violência contra crianças e adolescentes com deficiência nas quais, serão enfatizadas a partir da pesquisa bibliográfica informações e dados referentes a esta problemática. Em seguida será descrito referente as formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência, a partir dos autores contemporâneos que abordam a referida temática. Encerrando o capítulo que constitui sobre a negligência e a violência sexual como as principais formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência. Conforme a pesquisa documental realizada na instituição APAE.

Nas considerações finais, retomam-se os aspectos principais desta pesquisa, bem como, as reflexões e a partir das respostas obtidos com a pesquisa. Ponderações referente as políticas públicas para PCD, e também propostas de intervenção do Serviço Social, na violência contra crianças e adolescentes com deficiência na comunidade local.

¹ Ver o roteiro nos apêndices, p. 61.

2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O presente capítulo têm como finalidade abordar acerca do contexto histórico das Pessoas com Deficiência – PCD e como elas eram tratadas desde a antiguidade até chegar a conjuntura da contemporaneidade. Portanto, será descrito um breve histórico das PCD no Brasil e no mundo, bem como, as relevantes conquistas por direitos que foram adquiridos.

No próximo item, será descrito mais especificamente, sobre as crianças e adolescentes com deficiência. De que maneira eram tratadas ao longo da história e como foi sucedendo a inclusão dessas crianças e adolescentes na sociedade. Assim como, as políticas públicas que as amparam na atualidade.

2.1 Aspectos históricos das Pessoas com Deficiência no mundo e no Brasil

Na contemporaneidade, segundo dados da ONU - Organização das Nações Unidas, o mundo possui milhões de Pessoas com Deficiência – PCD: “Cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo [...]” (ONU BRASIL, 2014).

Sendo que somente no Brasil Segundo o Censo do ano de 2010, o mais recente realizado, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Brasil contém aponta os seguintes dados:

45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual [...] a deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6%da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%” (BRASIL, 2012, p. 5).

Estes dados percentuais altos, tanto no contexto mundial, como no brasileiro revelam a necessidade cada vez maior da inclusão de políticas públicas para o atendimento, das Pessoas com Deficiência – PCD. As PCD tiveram ao longo das décadas inúmeras conquistas, no que diz respeito, aos seus direitos sociais e políticas públicas, porém até chegar a este patamar, foi um processo longo por inúmeras décadas de lutas travadas por essas pessoas pela conquista de sua cidadania.

Para a melhor compreensão é necessário retomar alguns aspectos do

contexto histórico, das PCD para analisar que esses sujeitos, trazem consigo na sua historicidade estigmas de preconceitos, que levaram muito tempo, para serem extinguidas. No início a humanidade assim como no contexto brasileiro, praticava-se a exclusão e até mesmo o extermínio em alguns países, dos sujeitos com alguma deficiência.

Na antiguidade as crianças quando nasciam com alguma deficiência em algumas nações até mesmo eram exterminadas na, como em Roma e Esparta, conforme o autor Silva (2015):

Historicamente as condições de sobrevivência eliminavam as crianças com deficiência intelectual ou com as mais graves deficiências físicas. Nestes casos, a família era encarregada de extinguir o familiar com deficiência. As pessoas que por ventura conseguissem sobreviver e fossem descobertos eram consideradas possuidoras de espíritos malignos [...] Em Esparta as crianças eram abandonadas em montanhas, em Roma eram jogadas em rios, pois eram consideradas inúteis. Nota-se através dessas afirmativas que vem de longo tempo a resistência as Pessoas com Deficiência e pode-se verificar como suas vidas estavam constantemente ameaçadas. Nesse período, as atitudes das pessoas sem deficiência em relação as Pessoas com Deficiência iam do abandono em florestas, ao extermínio nos desfiladeiros (SILVA, 2015, p.29,30).

As crianças com deficiência visual também eram mortas ou abandonadas, como também reafirma o autor Bonito (2015):

O infanticídio dos cegos de nascença ou o abandono daqueles que perdiam a visão ao longo da vida era muito comum nas sociedades primitivas, onde costumeiramente não havia cegos, de nascença, pois os enfermos e as pessoas com deficiência eram mortos ou abandonados logo ao nascer (BONITO, 2015, p.50).

Conforme o autor Cardoso (2008), na Idade Média, as PCD eram relacionadas aos espíritos malignos e a bruxaria. Eram até mesmo mortas, porque faziam parte de um conjunto de pessoas que eram rejeitadas no convívio social.

Posteriormente, no Século XIX a religiosidade e o cristianismo doutrina a solidariedade e faziam ações de benesse às PCD. Segundo Maranhão (2005), que aborda:

[...] baseava-se na caridade – virtude que tinha como base o sentimento de amor ao próximo, o perdão, a humildade e a benevolência – conteúdo este pregado por Jesus Cristo e que, cada vez mais, conquistava sobremaneira os desfavorecidos. Entre estes estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, defeitos físicos e mentais (MARANHÃO 2005, p. 25).

Com isso, as PCD passam a ser vistas como dignas de pena e totalmente dependentes de outra pessoa para sobreviver. Até este momento, não tinham direitos a políticas públicas e na maioria das vezes, estavam condicionados a sorte para sobreviverem.

Já no Brasil Colonial, sucedia que: “As pessoas com deficiência são confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões” (BRASIL, s/d p.4). E conforme o livro *o Movimento político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, Dom Pedro II no ano de 1854 e depois em 1857, foi fundado o primeiro instituto destinado a educação especial no país:

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por meio do Decreto Imperial no 1.428, de 12/09/1854 [...] em 1857 é criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos [...] na época, são aceitos somente surdos do sexo masculino. Eles vêm de todo o país, a maioria abandonados pelas famílias. Em 1868, o Instituto torna-se referência na educação de surdos no Brasil (LANNA JÚNIOR, 2010, p.22).

Posteriormente, o imperador criou no Brasil: “Em 1904, é instalado o primeiro espaço destinado apenas a crianças com deficiência, o Pavilhão-Escola Bourneville” (LANNA JÚNIOR, 2010, p.22)

Conforme, Lanna Júnior (2010) no Brasil, mesmo com o aparecimento da República as iniciativas do Estado para com as PCD continuaram insuficientes, os institutos daquela época atendiam somente dois tipos de deficiência a visual e auditiva. A seguir a partir da década de 1920, juntamente com o processo da expansão das indústrias e da urbanização, começaram a surgir iniciativas da sociedade civil, na criação de instituições que pudessem atender as demandas das PCD. Destacam-se especialmente dois movimentos: pestalozziano e o apaeano:

[...] foi criado, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. A influência do ideário de Pestalozzi, no entanto, ganhou impulso definitivo com Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa [...]. Sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Foi Helena Antipoff quem introduziu o termo “excepcional”, no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual. Atualmente, são cerca de 150 sociedades Pestalozzi filiadas à Fenasp [...] A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual [...]. A Fenapaes foi oficialmente fundada em 10 de novembro de 1962. Funcionou inicialmente em São Paulo [...]. Atualmente, a Fenapaes reúne 23 federações estaduais e mais de duas mil

APAES distribuídas por todo o País. Essas organizações constituem uma rede de atendimento à pessoa com deficiência de expressiva capilaridade na sociedade, que presta serviços de educação, saúde e assistência social. O atendimento é voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla (LANNA JÚNIOR, 2010, p.26,27).

É importante ressaltar, que estes dois movimentos referenciados acima o Pestalozzi e o Apaeano resultaram na criação de instituições filantrópicas, sem fins lucrativos e ambas se encaixam como ONGS. Sendo que Pestalozzi foi à primeira Escola de Ensino Especial organizado pela sociedade civil (ONG).

Já no cenário mundial, outro fato relevante, é que após as guerras mundiais, segundo Laraia (2009), surgiram mais deficiências, o que acarretou em integração dessas pessoas no mundo do trabalho:

Após as duas grandes guerras mundiais e o aparecimento de novas formas de deficiência causada por mutilações, a Europa teve que instituir a prática de integração dessas pessoas ao mercado de trabalho, através do sistema de reserva de cotas. No século XX, o problema passou a ser analisado sob o aspecto humanitário, iniciando-se o processo de edificação dos direitos humanos (LARAIA, 2009, p. 30).

Entre os anos de 1939 e 1945 após a segunda Guerra Mundial sucedeu que milhares das PCD foram mortas: “Cerca de 275 mil adultos e crianças com deficiência são eliminados e 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência mental são esterilizadas em nome da política da raça ariana pura” (BRASIL, s/d p.7).

Posteriormente, em 1948 foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo 25 faz alusão à pessoa com deficiência, referindo-a como “inválida”, na qual, representou um importante marco histórico para as PCD:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.5).

Após o começo da década de 1950, foram criadas instituições voltadas ao tratamento de pessoas com deficiência em diversas nações: “principalmente buscando alternativas para sua integração social e aperfeiçoamento das ajudas

técnicas para pessoas com deficiência física, auditiva e visual” (GUGEL, 2007).

A seguir o Brasil, a partir de 1950 passou por uma grande epidemia de poliomielite. Então surgiram os centros de reabilitação, seguido de outras instituições de saúde as Pessoas com Deficiência - PCD:

[...] a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), fundada em 1954 [...] a Associação de Assistência à Criança Deficiente, fundada em 1950. O Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR) de Salvador, criado em 1956; e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) de Niterói, fundada em 1958. Alguns hospitais tornaram-se centros de referência na reabilitação de pessoas com sequelas de poliomielite, a exemplo do Hospital da Baleia e do Hospital Arapiara, ambos em Belo Horizonte – MG (LANNA JÚNIOR, 2010, p.28).

A partir da década de 1970, no Brasil começaram a surgir o Associativismo, ou seja, eram diversas organizações pelas PCD: “[...] organizações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiência. A motivação inicial é a solidariedade entre pares nos seguintes grupos de deficiência: cegos, surdos e deficientes físicos [...]” (LANNA JÚNIOR, 2010, p.30).

Estas associações mais tarde, culminaram em um movimento político das PCD pela luta dos seus direitos sociais. Tudo sobre o contexto de outros movimentos populares no mesmo período histórico da ditadura militar brasileira, segundo os autores abordam:

Esse processo de associações criou o ambiente para a formalização da consciência que resultaria no, movimento político das pessoas com deficiência na década de 1970. Nessa época, surgiram as primeiras organizações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência contrapondo-se às associações que prestavam serviços a este público [...] No final dos anos 1970, o movimento ganhou visibilidade, e, a partir daí, as pessoas com deficiência tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional. Essa história alimentou-se da conjuntura da época: o regime militar, o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) (LANNA JÚNIOR, 2010, p.35,36)

Outro aspecto relevante, que trouxe grande visibilidade internacionalmente para as Pessoas com Deficiência é que no ano de 1981 a ONU – Organização das Nações Unidas declarou :

[...] a década da “Pessoa portadora de deficiência”, possibilitando assim a problematização, midiática e a consequente discussão, em âmbito

internacional, de questões relacionadas aos valores, à igualdade, aos direitos e às oportunidades das pessoas com deficiência (BONITO, 2015, p. 53)

Posteriormente, conforme Lanna Júnior (2010) as PCD atreladas a estas instituições e associações participaram ativamente, no processo da Constituição Federal de 1988. Atentando para que os direitos à saúde, educação, acessibilidade, discriminação de preconceitos, assistência social, entre outros, para as pessoas com deficiência estivessem nitidamente descritos, ao longo da Carta Magna e assim, sucedeu. Entre outras menções determina que as pessoas com deficiência tenham direitos à assistência social e o direito de adquirir benefício mensal, Art. 203:

IV – habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p.56).

Também é importante salientar, no que se refere, a compreensão no campo legal do que é a PCD. Na qual o Estatuto da pessoa com deficiência, no Art. 1, a define como:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, p.1, 2015).

E no que diz respeito à denominação utilizada para designar as PCD, esta já passou por várias terminologias. A própria Constituição Federal de 1988, referenciada acima, utiliza de um termo que não é mais atual: “pessoas portadoras de deficiência”. [...] a expressão vem sendo abandonada internacionalmente porque enfatiza que a pessoa carrega, porta ou conduz uma deficiência. Na verdade a deficiência está com a pessoa ou na pessoa” (LARAIA, 2009, p. 34).

Além desse, outros já foram empregados e que na contemporaneidade não são mais usuais, exemplificando: “pessoas com necessidades especiais”. “Entendemos que a denominação genérica [...] não exprime claramente a quem se dirige, eis que abrange uma imensidão de pessoas, o que acaba por dificultar a sua

inclusão social. A sociedade precisa discutir a deficiência [...]” (LARAIA, 2009, p.34). Ainda referente a este termo Bonito (2015) considera que: “O termo “especial” também incomoda justamente porque vai contra os ideais do movimento político, que lutava pela igualdade de condições e equiparação de direitos civis, não por um “lugar especial”, que mais soava como segregador do que como inclusivo” (BONITO, 2015, p.45).

Conforme Lanna Júnior (2010), no ano de 2006, a ONU adota o termo que é o mais contemporâneo em uso: Pessoas com Deficiência. “Nesta nova concepção a ideia parte do pressuposto de que primeiro se deve considerar que se trata de “pessoas”, e depois de que possuem uma “deficiência”, que pode, inclusive, ser transitória ou temporária” (BONITO, 2015, p. 45)

Nesse sentido a autora Laraia (2009) também entra em concordância:

[...] é a mais utilizada internacionalmente e é reconhecida pela convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada pelo Brasil. Esse termo é o mais adequado pois, não esconde a limitação existente e ao mesmo tempo não associa a algo que a pessoa carrega ou porta, dando impressão que a deficiência a ela não pertence (LARAIA, 2009, p. 35, 36).

Nesse breve histórico, acerca das PCD pode-se verificar, que essas pessoas ao longo das décadas, foram continuamente marcadas por discriminação e preconceito. E até serem reconhecidas como sujeitos de direitos, foi um longo processo.

No próximo item será abordado acerca das crianças e adolescentes com deficiência. De acordo com autores que abordam o tema bem como, as políticas públicas existentes a elas e o ECA.

2.2 Crianças e adolescentes com deficiência

No capítulo anterior foi ressaltado, que as PCD foram vítimas de preconceito, exclusão na humanidade, desde os tempos primórdios. Nesse contexto, as crianças e adolescentes com deficiência também estavam inseridas e sofriam além de discriminações, eram vítimas de crueldades desde o nascimento, como o infanticídio na antiguidade.

Ainda na atualidade, verifica-se preconceitos mais velados é evidente, em

relação às PCD. Inclusive, no que se refere às crianças e adolescentes com deficiência que são vitimizadas por algum tipo de violência, que é objeto de estudo na presente pesquisa. E um dos questionamentos emergentes e inquietantes é apropriar-se se existem ainda, resquícios de preconceitos enraizados na sociedade e presentes desde a antiguidade, somente por se tratar de uma criança ou adolescente com deficiência? Eis, a questão.

No que diz respeito, aos dados estatísticos os autores Cavalcante, Minayo (2009) irão referenciar a OMS, que aborda conforme o cenário mundial de crianças e adolescentes com deficiência:

Segundo a Organização Mundial de Saúde, existem cerca de 200 milhões de crianças e adolescentes com deficiência, com incapacidades físicas, sensoriais, como cegueira e surdez, déficits intelectuais e transtornos mentais em todo o mundo. Cerca de 10% da população jovem mundial até 19 anos nasceram com uma deficiência ou a adquiriram posteriormente (CAVALCANTE, MINAYO, 2009, p. 59).

O Estatuto da Criança – ECA e do Adolescente assegura os direitos das crianças e adolescentes com deficiência. Com a finalidade de extinguir a discriminação e a exclusão social. No que diz respeito ao direito à vida e a saúde:

Art.11.: A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos a tratamento, habilitação e reabilitação (BRASIL, 1990, p.2).

Ainda em referência ao ECA no que se refere ao direito a educação é abordado no Art.54: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, p.9).

No que diz respeito as políticas públicas destinadas as crianças e adolescentes com deficiência destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que através da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que determina no Art. 2: “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993, p.2).

O Benefício de Prestação Continuada - BPC é destinado também é destinado especificamente às crianças e adolescentes mesmo que a LOAS, porém, não deixa evidente, se dirigindo especificamente a elas, contudo, o decreto de 6.214/2007, no Art. 4 esclarece:

Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade (BRASIL, 2007).

Ou seja, ficou esclarecido nitidamente que o BPC também pode ser requerido por crianças e adolescentes com deficiência. Porém, sobre uma avaliação referente à deficiência em si e também da gravidade e/ou limitação que esta acarreta em sua vida.

O Estatuto da pessoa com deficiência é claro ao determinar no Art. 8, que crianças e adolescentes não podem sofrer violência:

Nenhuma pessoa com deficiência, sobretudo crianças, adolescentes, mulheres e idosos, será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão, tratamento desumano ou degradante (BRASIL, 2013, p.5).

Tanto o ECA como o Estatuto da PCD ressaltam os direitos das crianças e adolescentes com deficiência. Mas na verdade, o que acontece na realidade é diferente, do que o que está escrito no papel, ainda na atualidade, é contraditório, fruto do nosso modo de produção capitalista. Apesar dos avanços conquistados, para as PCD ainda, os serviços públicos são insuficientes para atender as necessidades das crianças e adolescentes com deficiência. Uma amostra disto, é a própria instituição APAE que perante a ineficiência, omissão e incapacidade do Estado em gerar políticas públicas que garantam a inclusão social dessas pessoas, foi que surgiram às primeiras associações de pais e amigos, por intermédio de mobilização e iniciativas da sociedade civil. Porém, foi verificado que a instituição não consegue atender a enorme demanda de crianças e adolescentes que necessitam dos atendimentos, existe uma fila de espera razoavelmente grande.

No próximo capítulo será abordado no primeiro item, acerca da Questão Social em relação ao seu surgimento e como objeto de trabalho do Assistente Social. Enfatizando, que a violência se trata de uma expressão da Questão Social.

3. Questão Social:

Para uma melhor compreensão sobre a vulnerabilidade social e as situações de violência, primeiramente, é necessário abordar sobre uma categoria que é fundamental para o Serviço Social, pois, têm nela o seu objeto de trabalho profissional: A Questão Social. Pois, é a partir dela que surgem as diversas expressões da Questão Social, juntamente com as desigualdades sociais, que será abordado a seguir.

Em relação à origem da questão social, baseado no que o autor Netto (2010), afirma em sua obra denominada: *Uma face contemporânea da barbárie*, a questão social teve a sua gênese na Europa Ocidental, no século XIX, para designar o fenômeno do pauperismo. A pobreza crescia na proporção em que aumentava a capacidade produtiva em decorrência da industrialização do capitalismo, que teve início na Inglaterra. O proletariado passou a protestar e surgem as confrontações e se constituem como uma real ameaça às instituições da classe burguesa, culminando na revolução, evidenciada no ano de 1848. Na concepção do autor Netto (1998), a revolução de 1848, teve grande importância e expressou:

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos — viabilizou a emergência de um projeto sócio-político autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção classista do proletariado (NETTO, 1998, p. 7).

É de extrema importância salientar um breve histórico da questão social, pois, é ela que é reconhecida como o objeto de trabalho do Assistente Social. A questão social é fruto das contradições entre o capital e o trabalho, como se verifica na citação a seguir:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua

realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal (IAMAMOTO, 2012, p.16, 17).

Consequentemente, a questão social vai gerar as suas múltiplas expressões, tais como: pobreza, violência, desemprego, precarização do trabalho, entre outros. Isso vai requerer que os sujeitos, que sofrem situações de vulnerabilidade social se coloquem como usuários de políticas sociais do Estado:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional [...] Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivem em suas relações sociais cotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas (IAMAMOTO, 2012, p.61).

Para a referida autora “[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista [...]” (IAMAMOTO, 2012, p.27).

E é exatamente nesse contexto, que entra a ação de trabalho do Assistente Social. Como um profissional que irá trabalhar na perspectiva de viabilizar e garantir os direitos dos usuários e trabalhando nas expressões da questão social e como ela se manifesta, na vida dos sujeitos:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública (IAMAMOTO, 2012, p.28).

Em relação, à violência o Assistente Social também terá como uma expressão da Questão Social, portanto, também é objeto de trabalho profissional:

“[...] O objeto de trabalho aqui considerado é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente ao idoso, a situações de violência [...] Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto de trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2012, p.62).

Nesse contexto, se insere também as crianças e adolescentes com deficiência que são vitimizadas. Onde o Assistente social deve realizar intervenções, a fim de mudar aquela determinada realidade social, onde se manifesta as violações de direitos.

Uma das manifestações da Questão Social é a vulnerabilidade social, que é também um termo usual dos profissionais. Que será abordado no item a seguir.

3.1 Compreendendo a categoria vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social tem sido objeto de estudo da área do Serviço Social e das ciências sociais. Em relação à gênese acerca da terminologia do termo vulnerabilidade social teve origem a partir dos estudos na área da saúde, juntamente com o aparecimento da AIDS:

É preciso destacar que a noção de vulnerabilidade originada no âmbito das discussões sobre a epidemia de AIDS buscou incorporar a ideia do direito que todas as pessoas deveriam ter de alterar suas condições de vida para tornarem-se menos vulneráveis e, assim, promover a igualdade para todos (ADORNO, 2001, p.11).

Assim, como reafirma o autor Ayres (2009) “[...] o quadro conceitual da vulnerabilidade, emergente no cenário da saúde pública mundial a partir da experiência da pandemia de HIV/AIDS [...]” (AYRES, 2009, p. 14,15).

O autor Adorno (2011) também destaca que a terminologia também é utilizada para designar exclusões sociais e econômicas e também no que diz respeito, a condições de trabalho e vínculos familiares:

O termo vulnerabilidade também é utilizado em relação à exclusão econômica e social. Nesse caso, considera-se que um indivíduo ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações. Nessa mesma linha, fala-se em vulnerabilidade em relação ao mercado de trabalho, como na pesquisa sobre condições de vida realizada pela fundação SEADE¹, que considera mais vulneráveis aqueles que possuem

condições menos favoráveis para se integrar ao mercado de trabalho, como menor escolaridade e falta de residência fixa (ADORNO, 2011, p.11,12).

A autora Barros (2014) define a vulnerabilidade social fazendo uma análise detalhada. Afirmando que pode estar dividida em: fatores socioambientais, que refere-se aos recursos financeiros e os sociofamiliares que diz respeito, a situações familiares complicadas, condições de trabalho e outros :

Vários são os fatores de vulnerabilidade apontados pela literatura, que podem ser socioambientais e/ou sociofamiliares. Entre os socioambientais destacam-se: condições de pobreza ou empobrecimento, carência de recursos econômicos, falta ou precariedade de moradia. Dentre os sociofamiliares encontram-se famílias em situação de crise (pais desempregados, separação do casal, doença crônica e/ou incapacitante, deficiência, morte); famílias organizadas numa distribuição extremamente desigual de autoridade e poder ou cujas relações são centradas em papéis rigidamente definidos; família monoparental [...] história de violência intrafamiliar [...] (BARROS, 2014, p.24,25).

O termo passou a integrar as ciências sociais na década de 90: “Em se tratando de vulnerabilidade, a palavra se tornou relevante para os estudos sociais na década de 1990” (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2006 apud ALVARENGA, p.38, 2012). Então, a vulnerabilidade social se tornou definição fundamental para designar a pobreza e as condições de exclusão social, assim como pessoas que estão em situação de risco, nas ciências sociais.

Para os autores Marandola e Hogan (2006, p.36) a vulnerabilidade social: “ [...] sempre será definida a partir de um perigo ou um conjunto deles, em dado contexto geográfico e social” .

Segundo o documento PAIF, faz uma análise detalhada sobre o conceito amplo de vulnerabilidade social, incorporando aspectos físicos, humanos e sociais:

[...] a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade: a) físicos – meios para o bem-estar – moradia, bens duráveis, poupança, crédito; b) humanos: trabalho, saúde, educação (capacidade física e qualificação para o trabalho); e c) sociais – redes de reciprocidade, confiança, contatos e acessos à informação [...]pode-se afirmar: a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias; b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas

uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história; c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento; d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas; e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco (BRASIL, 2012, p. 14;15).

Já na Assistência Social, segundo Alvarenga (2012) na Política Nacional de Assistência Social – PNAS a vulnerabilidade social juntamente com o termo risco foi introduzida no ano de 2004. Para associar às condições as quais as pessoas estão expostas e aos próprios usuários da assistência social. Observa-se que na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o termo vulnerabilidade social aparece inúmeras vezes, sendo assim, uma expressão usual dos profissionais Assistentes Sociais. Segundo o PNAS a vulnerabilidade é apreendida como:

É a condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que identifica são os processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural (BRASIL, 2004)

Para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a vulnerabilidade social está condicionada a características mais específicas, seguindo dados do IBGE, Censo Demográfico ano 2000:

Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados [...] trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório; Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo; Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo. Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta. Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo. Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe. Família no qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude. Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais. Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência. A combinação dessas características comporá a Taxa de Vulnerabilidade Social em um determinado território (NOB- SUAS, 2005. p. 57).

Segundo o SUAS (2005), para uma família ou população para ser

considerada vulnerável, precisa ter pelo menos uma dessas características acima. São analisadas neste contexto particularidades que envolvem, as condições de moradia, os aspectos sanitários, a renda das famílias, condições de trabalho (desemprego, trabalho infantil) e educação,

É importante situar também as PCD como sujeitos em vulnerabilidade e enfrentam fatores sociais, culturais que já colocam elas em risco. Como aborda a autora Bartolotti (2010):

Refletindo sobre as pessoas com deficiência, podemos pensar que, como qualquer ser vivo, elas são vulneráveis e, como categoria socialmente em desvantagem pelos aspectos [...] referentes à exclusão social, preconceito e estigma elas estariam em maior risco de vulneração e daí mais necessitadas de proteção (BARTALOTTI, 2010, p.14)

Em relação à vulnerabilidade social, ficou esclarecido que ela deve ser entendida não somente no aspecto material, mas sim, em um conjunto de fatores que condicionam uma família ou população a estar vulnerável. Tais como: os fatores sociais, as condições de precarização do trabalho, as condições de acesso aos serviços públicos, como a saúde e educação, relações familiares, em fim, elementos que remetam a população ou família estar em risco, fragilidade ou desvantagem.

No próximo item, será abordado acerca das crianças e adolescentes com deficiência e as situações sociais de vulnerabilidade. Conforme os dados bibliográficos e documentais adquiridos na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no município de São Borja.

3.2 As situações sociais de vulnerabilidade social vivenciadas pelas crianças e adolescentes com deficiência do município de São Borja

Segundo os dados documentais analisados durante o estágio supervisionado de Serviço Social, na Instituição APAE no município de São Borja. Na qual, aconteceram cerca de 12 (doze) casos de violência, durante o período: 2016-2 e 2017-1, envolvendo os usuários entre crianças e adolescentes. O que chama a atenção nestes fatos e que é importante salientar, para um melhor entendimento e respostas para o presente estudo, é que todas essas crianças e/ou adolescentes, fazem parte de famílias que vivem em vulnerabilidade social. E as situações sociais de vulnerabilidade estavam na maioria destas ocasiões interligadas juntamente com

a pobreza e as condições de trabalho precário informal e o desemprego.

QUADRO 01 - No quadro a seguir, é demonstrado os referidos casos atendidos na instituição APAE (vale ressaltar, que os nomes são fictícios, a fim de resguardar a identidade dos usuários) onde crianças ou adolescentes eram vitimizados por violências, onde é enfatizado a vulnerabilidade social e as principais condições sociais de vulnerabilidade:

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	SEXO	VULNERABILIDADE SOCIAL / CONDIÇÕES SOCIAIS DE VULNERABILIDADE
1	Paula	F	Sim / pobreza, desemprego
2	Gabriele	F	Sim / pobreza, trabalho informal
3	João	M	Sim/ pobreza , trabalho informal
4	Tatiane	F	Sim / pobreza
5	Marcos	M	Sim / pobreza
6	Felipe	F	Sim / pobreza , trabalho informal
7	Juliana	M	Sim / pobreza , desemprego
8	Rafaela	M	Sim / pobreza, desemprego
9	Bruna	F	Sim / pobreza, desemprego
10	Alex	M	Sim / pobreza
11	Gabriele	F	Sim / pobreza , desemprego
12	Lucas	M	Sim / pobreza, trabalho informal

Estas crianças ou adolescentes usuários da instituição APAE, fazem parte de famílias extremamente pobres. Sendo que as mães, na maioria das vezes ou avós maternas (a figura paterna não se fazia presente nessas famílias) trabalhavam fora, pois, deveriam achar meios de sustentar sua grande família.

Para a autora Cavalcante (2009), ela faz uma importante reflexão sobre as condições sociais que aliadas à pobreza e a deficiência agravam a situação, juntamente com a escolaridade incompleta e desemprego e a falta de serviços públicos básicos, ocasionando um ciclo sem fim de desigualdades sociais:

Embora saibamos que a violência afeta todas as faixas etárias, atinge todas as classes sociais e é resultado de múltiplos fatores, quando associada de um lado à deficiência e de outro à pobreza, produz problemas mais profundos ainda, a tal ponto que suas múltiplas especificidades precisam ser mais bem conhecidas. Família pobre, educação incompleta, desemprego e pobreza são condições oriundas de um ciclo perverso, associadas a outro ciclo perverso como a falta de acesso à água potável, instalações sanitárias, eletricidade, habitação adequada, serviços de saúde, ensino escolar, qualificação profissional e melhores oportunidades de emprego. Apenas com abordagens técnicas não se consegue vencer as desigualdades e a exclusão social. Além disso, crianças e adolescentes com deficiência estão entre os mais estigmatizados [...] (CALVANCANTE et al, 2009, p.46,47).

Em uma pesquisa Cavalcante, Minayo (2009) ressaltam a condição social da pobreza atrelada a deficiência : “Estudo do Banco Mundial revelou que meio bilhão de pessoas com deficiência são as mais pobres, entre os pobres” (Cavalcante, Minayo, 2009, p.59).

Para o autor Calvancante et al., (2009) faz uma análise profunda, no que diz respeito as condições de vulnerabilidades que as pessoas com deficiência estão expostas, apontando dados estatísticos no atual cenário brasileiro:

[...] Estima-se que expressiva parcela de pessoas com deficiência esteja em regiões que não dispõem de serviços necessários para ajudar a superar as limitações, mantendo as pessoas fora de seus direitos mais básicos [...] Pobreza, desigualdade e exclusão produzem múltiplas vulnerabilidades e, quando associadas à deficiência e ao transtorno mental, perpetuam desvantagens cumulativas, reduzindo as oportunidades e até mesmo o discernimento quanto aos direitos e a forma de acesso a eles. Os deficientes são os mais pobres entre os pobres, e permanecerão assim se um conjunto de medidas envolvendo ações em rede, junto às famílias, comunidades, instituições, órgãos governamentais e não-governamentais e programas sociais, não forem acionadas (CALVANCANTE et al., 2009, p.46).

A partir da citação acima conclui-se que as PCD residem em locais que não disponibilizam acesso aos atendimentos necessários. As PCD encontram-se entre a população mais carente. Esse cenário será permanente, até é que aconteça ações políticas públicas e programas sociais, entre outros que atendam dignamente essas pessoas.

Em um estudo os autores Cavalcante, Minayo (2009), onde a seguir, abordam em seus dados coletados a condição social referente ao trabalho, discriminação por parte dos pais de filhos com deficiência, e no que diz respeito às condições de trabalho perante as dificuldades de cuidar dos filhos com deficiência:

Sobretudo as mães, em consenso, falaram da dificuldade em conciliar trabalho e responsabilidades de cuidado e amparo aos filhos com deficiência. Comentaram que, na maioria das vezes, vêm-se obrigadas a abandonar a carreira e o emprego, com conseqüente perda na renda familiar e queda do poder aquisitivo, justamente no momento em que a família mais precisaria de recursos. Um pai diz ter perdido o emprego em virtude do tempo extra de que precisou dispor para cuidar de um filho com deficiência. Todos os familiares se queixaram muito dos preconceitos e discriminações e, principalmente, da falta de alternativas oferecidas pelo Estado [...] (CAVALCANTE, MINAYO 2009, p.61).

Na citação acima os autores, apontam as condições de trabalho dos pais e da dificuldade perante o cuidado dos filhos com deficiência. Em muitas vezes, se viam obrigados a deixar seus empregos para dedicar-se exclusivamente aos filhos.

Em relação a instituição APAE esse fato também ocorria com frequência com as mães dos usuários. Analisa-se a extrema complexidade de se ter um familiar com deficiência, sobretudo quando ainda são crianças e/ou adolescentes, torna-se ainda mais complexa a situação quando esta deficiência é severa.

As condições financeiras de uma família que possui uma criança ou adolescente com deficiência são importantes. Pois, sabe-se que há necessidade com gastos com medicações, consultas médicas, além de equipamentos necessários para garantir-lhes um mínimo de conforto, diante, da deficiência acometida. Como aborda os autores com considerações que despontaram em sua pesquisa:

Já nos grupos com as famílias, o tema mais discutido foram às dificuldades para conviver e lidar com os filhos deficientes, principalmente quando lhes faltam condições materiais e poder para oferecer-lhes conforto e assistência. Num grupo majoritariamente composto por mães e mulheres, com a participação de alguns poucos pais e irmãos, percebemos sentimentos de desamparo social e de insatisfação com os órgãos públicos, com os serviços de assistência em geral, com a falta de estrutura da rede básica de saúde e de educação, e com a precariedade dos serviços de transporte coletivo. O ponto mais relevante dessa sensação de desamparo convergiu para as dificuldades de transportar os filhos (CAVALCANTE, MINAYO, 2009, p.63).

Na instituição APAE, conforme assinala os autores anteriormente, notava-se que a maioria das famílias além do fato de viverem em extrema vulnerabilidade social, sobretudo aqueles em que eram vitimizadas por algum tipo de deficiência, constantemente também haviam problemas com a dificuldade de transportar os filhos até o local. Conseqüentemente, acabando por acontecer, faltas e/ou evasão

escolar. Pela família não ter condições de ter um transporte para levá-los a instituição. Mais uma vez, constata-se que a falta de recursos materiais dificulta a vida das crianças e adolescentes com deficiência.

Referente à análise se as crianças ou adolescentes estão mais propensos a vivenciar situações de violências, a partir da pesquisa bibliográfica as autoras Cavancante, Minayo (2009) vão afirmar segundo uma importante pesquisa americana que sim, eles estão mais suscetíveis à violência mais do que em outras crianças em geral e também que esse acontecimento, está associado a outros fatores que associados à violência aumentam-se os riscos:

Alguns estudos epidemiológicos indicam maior risco de exposição à violência devido ao estigma, a crenças negativas, à falta de clareza sobre as incapacidades e desvantagens e à falta de suporte social. Estima-se que a violência contra crianças com deficiência ocorra numa taxa anual 1,7 vezes maior do que entre crianças em geral. Esse risco aumentado não está associado à deficiência em si, ou ao estresse psicológico que envolve o cuidado de uma pessoa com deficiência, mas aos fatores sociais, culturais e econômicos que criam um imaginário social negativo sobre a questão. A violência e deficiência costumam estar associadas a um ou mais fatores de risco, como pobreza, moradia precária ou falta de moradia, isolamento social, marginalização, minoria étnica, família monoparental, mãe adolescente, drogadição, alcoolismo, enfermidade física incapacitante, enfermidade mental, o que pode vir a configurar um perfil de famílias multiproblemáticas (CALVANCANTE; MINAYO, 2009, p.59).

Ainda sobre a maior incidência de violência as PCD o autor Williams (2003), confirma os dados em que eles estão mais propensos:

O indivíduo com deficiência de qualquer modalidade – seja visual, auditiva, física ou mental – encontra-se em uma posição de grande vulnerabilidade em relação ao não portador, sendo freqüentemente marcante a assimetria das relações de poder na interação entre ambos. Tal assimetria de relação hierárquica é multiplicada, conforme a severidade de cada caso, sendo ampliada se o portador de necessidades especiais pertencer a um outro grupo de risco, como por exemplo, se for mulher ou criança (Williams, 2003, p.142).

Também fundamentada em estudos internacionais as autoras, Barros et al, (2016), também reafirmam que crianças e adolescentes estão mais vulneráveis a violência:

[...] aqueles que necessitam de cuidados complexos e contínuos, como crianças e adolescentes com deficiência, encontram-se ainda mais vulneráveis às diversas formas de maus-tratos (físicos, psicológicos, negligência e abuso sexual) [...] Pesquisas internacionais revelam que crian-

ças e adolescentes com quaisquer dos tipos de deficiência encontram-se mais vulneráveis à violência familiar do que crianças e adolescentes sem deficiência (BARROS et al, 2016, p.2)

As crianças e adolescentes com deficiência estão mais predispostas a violência por diversas circunstâncias que as colocam em risco, também associadas às dificuldades da deficiência em si como, bem aborda o autor:

[...] vulnerabilidades associadas à deficiência (impossibilidade de andar, de enxergar, de ouvir, de gritar e pedir ajuda, de discernir sobre o certo ou errado). Por sua vez, respostas familiares ao cuidado de um filho com deficiência podem ser resilientes ou negligentes a depender da interação de fatores de risco e protetores [...] (CAVALCANTE et al, 2009, p. 47)

A autora Moreira et al (2014), também, reafirma que crianças e adolescentes com deficiência estão mais suscetíveis a violência, destacando a invisibilidade que possuem:

A invisibilidade social deste grupo nos leva a supor da sua maior vulnerabilidade face às diversas práticas de violências praticadas. Dados oficiais apontam que crianças e adolescentes com deficiências (13,5% do total das pessoas com deficiência no Brasil) estão mais propensos a terem seus direitos violados (MOREIRA et al, 2014, p. 3870).

Na concepção dos autores analisados nas referências bibliográficas entende-se por conseguinte, que as crianças e adolescentes com deficiência estão mais suscetíveis a situações de violência. Tanto pela fragilidade da própria deficiência, quanto pelas condições de dependência de cuidados de outras pessoas que a deficiência impõe a elas e também pelo conjunto de fatores sociais que cercam a família.

No próximo capítulo, será contextualizado acerca da violência contra crianças e adolescentes com deficiência. E as principais formas de violência que as vitimizam e por fim, será abordado sobre a negligência e o abuso sexual, conforme os dados coletados em pesquisa bibliográfica e documental.

4 Violência contra crianças e adolescentes com deficiência

No que diz respeito, a temática violência contra crianças e adolescentes com deficiência é importante ressaltar, que a literatura brasileira é extremamente escassa acerca do assunto. Não existe nitidez, referente a dados estatísticos e sobre a incidência de casos. Trata-se de uma problemática pouco explorada pelos autores, principalmente do Serviço Social, não há um interesse de abordar o tema, o que resulta em torna-lo com pouca visibilidade.

A violência contra as crianças e adolescentes com deficiência deveria ser mais analisada como objeto de estudo e do Serviço Social, pois, integra como parte de intervenção profissional. A violência é considerada uma expressão da questão social, portanto, um objeto de trabalho do Assistente Social (IAMAMOTO, 2012).

Entre as 7 referencias bibliográficas mais analisadas para compor o presente estudo, entre teses e artigos, apenas uma era da área do Serviço Social, as demais faziam parte da área da saúde.

QUADRO 02: No quadro a seguir, é demonstrado as principais referências bibliográficas mais utilizadas. Entre eles, estão artigos, teses e dissertações. Com a finalidade de responder os objetivos do presente TCC II:

AUTOR	Título da OBRA	ANO DE PUBLICAÇÃO	ÁREA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering de Barros	Proteção e vulnerabilidade à violência familiar em crianças e adolescentes com deficiências	2014	Ciências	https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10947/2/ana-claudia-mamede-wiering-de-barros-iff-dou-2014.pdf
BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering, et al.,	A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências	2016	Saúde	> http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n6/1678-4464-csp-32-06-e00090415.pdf <
CALVANCANTE, Fátima Gonçalves, et al.,	Diagnóstico situacional da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro	2009	Saúde	http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a10v14n1.pdf
CALVANCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria Cecília de Souza.	Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência	2009	Saúde	> http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a11v14n1.pdf <
MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al.	Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares	2014	Ciências Humanas	> http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3869.pdf <
Vaz, Viviane Cristina Silva.	A negligência familiar sob o olhar de mães e de profissionais da APAE-Franca	2010	Serviço Social	> https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98526/vaz_vcs_me_franca.pdf?sequence=1&isAllowed=y <
WANDERER, Aline.	Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: Discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia.	2012	Psicologia	> http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/12363/1/2012_AlineWanderer.pdf <

Primeiramente, antes de adentrar acerca da violência contra crianças e adolescentes com deficiência, é importante salientar o conceito da violência no aspecto geral. A violência está presente desde a época em que a civilização era ainda primitiva. Entre as várias definições de violência definidas pelos diferentes autores enfatiza-se, dentre elas, o conceito usado por Rocha (1996) apud Levisky (2010):

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis vale dizer, como uma força que transgredir os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, apud LEVISKY, 2010, p.6-7).

No entanto, na concepção de Adorno a violência é analisada mais profundamente, como:

[...] a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico [...] Ao mesmo tempo em que ela expressa relações interpessoais [...] está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens, mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas [...] A violência é simultaneamente a negação de valores, considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida [...] A violência é uma permanente ameaça a vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação (ADORNO apud NOGUEIRA, GUERRA 2008, p. 31).

Outra concepção é de que a violência consiste em [...] ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual (MINAYO, SOUZA, 1997-1998, p.513).

Conforme a definição dos diferentes autores referenciados anteriormente, observa-se que cada um deles possui uma visão própria a respeito da violência. No entanto, concordam que ela afeta a integridade, os valores fundamentais do ser humano e é uma forma de violação de seus direitos.

Cabe ressaltar, que a violência está presente entre diversos segmentos da

sociedade e se expressa das mais diversas formas. Entre estes, encontram-se as crianças e adolescentes com deficiência, os quais são caracterizados pelo ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 1990, p.1) .

Ainda sobre o ECA, no que se refere à violência, ele trata com clareza o assunto, no Artigo 5:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p.1).

A legislação mais contemporânea que aborda o tema da deficiência e a violência é à Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), aprovada no Brasil em 2008. É evidenciado a apreensão referente à vulnerabilidade das pessoas com deficiência a situações de violência, que fica nítido no artigo 16:

ARTIGO 16 - PREVENÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA E ABUSO. 1. Os Estados Partes deverão tomar todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos de gênero [...] e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes deverão assegurar que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas. 3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, violência e abuso [...] 4. Os Estados Partes deverão tomar todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso [...] 5. Os Estados Partes deverão adotar efetivas leis e políticas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, se couber, processados (BRASIL, 2007).

Na revisão bibliográfica brasileira encontrada a autora Wanderer (2012) vai destacar que a violência pode iniciar desde a gestação, culminando na deficiência da criança, envolvendo-a em um ciclo cumulativo de violências:

A constatação da possibilidade de que a deficiência apareça como resultado de situações de violência é considerada como estando inserida em um ciclo vicioso entre violência e deficiência, em que a primeira promove o aparecimento da segunda e isso, por sua vez, alimenta a vulnerabilidade do indivíduo com deficiência a participar de ciclos de violência (WANDERER, 2012, p.63).

Em relação a este assunto, na pesquisa documental, em um caso específico atendido pela APAE (caso número: 3, que é ilustrado no quadro: 02), em que a criança é negligenciada, constatou-se em seus registros que João, sofreu violência desde a sua concepção. Por intermédio, de tentativa de aborto mal sucedido acarretou-lhe uma grave deficiência mental. Este fato entra em concordância com a autora acima, que destaca um ciclo vicioso entre a violência e a deficiência.

Outro aspecto relevante, que foi analisado na instituição APAE sobre a violência é que em alguns casos na instituição, observou-se a não aceitação da deficiência dos filhos, por parte dos pais. Isso inicia ainda na gestação, conforme, destaca o autor:

Para a família trata-se da “perda” do filho idealizado, pois admita ou não, a idealização é um revestimento universalmente presente na gestação e em todos os aspectos relacionados à maternidade/paternidade (AMARAL, 1994, p.24).

Ou seja, a partir do momento em que os pais tomam o conhecimento da deficiência do filho/filha ainda em formação ou depois do nascimento existe uma frustração pela perda da criança idealizada. O que torna-se uma situação difícil para os pais. Consequentemente, gera em algumas vezes, negligência aos cuidados médicos por exemplo, o que também foi evidenciado na instituição APAE.

O autor Moreira (2014), vai abordar referente às denúncias de violências contra crianças e adolescentes com deficiência, na maior parte das vezes, é realizada pelos vizinhos, que tornam o conhecimento das situações ocorridas ao Conselho Tutelar:

Cabe ressaltar ainda, que as denúncias de violências contra crianças e adolescentes com deficiências, são feitas na sua maioria por vizinhos, que parecem, segundo os conselheiros, terem dúvidas em fazê-las, tendo como argumentos o fato de: 1) essas crianças e adolescentes demandarem muitos esforços e “sacrifícios” dos pais aos olhos do senso comum, e por isso mesmo tudo que é feito parece ser o máximo possível para manter sob controle e suprir falhas de um sistema de reabilitação e suporte escolar, pelo universo familiar; 2) esse esforço acaba por ser explicado, pelos

vizinhos, segundo os conselheiros, como um assunto da intimidade daquela família, resguardado pelo segredo. O que faz esse segredo ser rompido é muitas vezes um conflito e/ou discordância entre os vizinhos e a família da criança ou adolescente vítima de violências [...] (MOREIRA et al, 2014, p. 3874).

Existem muitas dificuldades para as denúncias de violência como aponta o autor acima. Os vizinhos quando relatam os casos ficam reticentes apontando justificativas para tais atos.

No que diz respeito à violência, contra as crianças e adolescentes com deficiência, não se pode imediatamente culpabilizar as famílias e/ou os indivíduos por tal ação. É preciso, antes de analisar e intervir nas situações singulares compreender que existe um conjunto de valores que permeiam as relações sociais na sociabilidade capitalista. Saffioti (2001) ressalta, que nenhuma forma de manifestação da violência pode ser entendida sem considerar as diversas desigualdades que permeiam as relações sociais, destacando-se a desigualdade de classe, a desigualdade étnica/racial, a desigualdade de gênero e a desigualdade geracional.

A seguir, no próximo item será abordado sobre as formas mais comuns que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência. Conforme a pesquisa bibliográfica e documental na instituição APAE.

4.1 As formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência

Na pesquisa bibliográfica composta por 7 (sete) principais referências que vão apontar a vulnerabilidade à violência contra crianças e adolescentes com deficiência, entre teses e artigos. Foi analisado que em cada pesquisa é apontado uma prevalência maior da forma de violência, onde dificilmente se repetem, outros autores baseiam-se em estudos internacionais para compor seus dados. Os pesquisadores da temática, não entram em um acordo sobre qual o tipo de violência é a mais comum entre crianças e adolescentes com deficiência.

Em relação as formas de violência, que geralmente os autores abordam como os mais conhecidos que as crianças e adolescentes são vítimas, são: a física, a

psicológica, a negligência e a sexual. Na pesquisa de Barros et al (2016), é apontado o predomínio de violências ocorridas com crianças e adolescentes com maior incidência a violência psicológica, e a violência física:

Em relação aos diferentes tipos de violência intrafamiliar, o estudo encontrou uma prevalência de 83,7% para agressão psicológica e 84,4% de maus-tratos físicos e dentre eles, segundo a classificação de Straus, 74% para punição corporal, 9,6% para maus-tratos físicos graves e 2,2% para maus-tratos físicos gravíssimos (BARROS et al, 2016, p.3).

Para conceituar a violência psicológica, as autoras Azevedo, Guerra (2007) a descrevem como abuso-vitimização psicológica, incluindo a negligência nesse tipo de violência:

Também designado como “tortura psicológica”, ocorre quando o adulto constantemente “deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação causando-lhe grande sofrimento mental. [...] O abuso vitimização psicológica pode assumir duas formas básicas: a de negligência afetiva e a de rejeição afetiva [...] (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 41).

Sobre a conceituação da violência física as autoras vão denominar como Abuso-vitimização física:

Os castigos corporais têm sido considerados como abuso-vitimização física. É bem verdade que a literatura só é unânime em considerar como maus tratos duas modalidades de castigos corporais: os castigos cruéis e pouco usuais e os castigos que resultam em ferimentos. No primeiro caso estão os castigos extremos e inapropriados à idade e compreensão da criança, por exemplo, cárcere privado [...] No segundo caso estão o bater de forma controlada e com instrumentos contundentes (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p.36).

No entanto, a autora Barros et al (2016), agora baseada em pesquisas internacionais, aborda que conforme o tipo de deficiência que a criança ou adolescente possui, isto vai interferir no tipo de violência que ela vivencia, e as formas mais comuns são: a negligência (será abordada item) seguida da violência física e psicológica e o abuso sexual (que será conceituado a seguir):

Diversos trabalhos mostram que dependendo do tipo de deficiência apresentada pela criança ou pelo adolescente, ocorrerá uma maior prevalência de determinado tipo de maus-tratos. Estudos apontam que crianças com deficiência que têm problemas de comportamento são as que apresentam maior vulnerabilidade à violência, quando comparadas às

crianças sem deficiência: 7 vezes para negligência, violência física e violência psicológica, e 5,5 vezes para abuso sexual. Por outro lado, as que tinham deficiência múltipla mostraram vulnerabilidade maior para violência física e abuso sexual do que as crianças que tinham apenas um tipo de deficiência (BARROS et al, 2016, p.2).

No estudo de Cavalcante et al (2009) a negligência, a violência psicológica foram os mais frequentes, seguidos da violência física e o abuso sexual:

Entre os 53 casos de violência contra crianças, adolescentes e jovens com deficiência aqui analisados, observamos a prevalência de negligência em 47,1% do total de ocorrências, seguido por abuso psicológico em 32,8% dos casos. O abuso físico e o abuso sexual foram menos frequentes, aparecendo respectivamente em 11,4 % e 8,6% dos casos (CAVALCANTE et al, 2009, p. 50).

Porém, na pesquisa da autora Vaz (2010) ela evidencia que a negligência está presente nas relações das famílias que faziam parte da instituição: “A APAE-Franca é composta por um público de famílias diversificado, em termos de classes sociais, e situações apontadas pela equipe técnica como negligência, apareciam em todas as classes, de formas diferentes, mas em todas” (VAZ, 2010, p.19).

Contudo, a autora Barros (2014), aponta em seu estudo que a violência psicológica e a física foram os mais prevalentes:

Neste trabalho, encontrou-se uma forte associação entre punição corporal e maus-tratos físicos graves com agressão psicológica, onde praticamente todas as crianças que sofreram estes dois tipos de maus-tratos físicos, também sofreram agressão psicológica [...]. Quando múltiplas formas de maus-tratos são observadas, a violência física é a segunda causa mais prevalente de abuso, e a violência psicológica, a primeira (BARROS, 2014, p.56; 57).

A autora Barros et al. (2016) também ressalta em sua pesquisa, a violência psicológica e física como as mais prevalentes:

Em relação aos diferentes tipos de violência intrafamiliar, o estudo encontrou uma prevalência de 83,7% para agressão psicológica e 84,4% de maus-tratos físicos e dentre eles, segundo a classificação de Straus, 74% para punição corporal, 9,6% para maus-tratos físicos graves e 2,2% para maus-tratos físicos gravíssimos (BARROS et al, 2016, p.3).

A autora Wanderer (2012), faz uma abordagem relevante, referenciando e

relacionando com estudos de outros autores acerca da temática:

Não há consenso, além disso, quanto às formas de violência mais frequentes contra crianças e adultos com deficiência. A maioria dos estudos indica que a violência se daria mais frequentemente no âmbito doméstico; que haveria maior vulnerabilidade ao abuso sexual; e que crianças e adultos com deficiência intelectual seriam os indivíduos que se encontrariam em maior risco (Williams, 2003; Montoni, 2004; Berastegui Pedro-Viejo & Gomez-Bengoechea, 2006; Barros & cols., 2008). Na produção de Almeida (2011), embora o estudo empírico tenha reconhecido que a deficiência intelectual encontrava-se presente na maioria dos casos de violência analisados, foram mais frequentes situações de negligência, abandono e violência física (WANDERER, 2012, p. 65).

A partir da citação acima pode-se compreender que primeiramente, não existe uma unanimidade em relação aos tipos de violência que acometem crianças e/ou adultos com deficiência. Porém, é dentro do domicílio que sucedem a violência na maioria da vezes, que crianças ou adultos com deficiência intelectual estariam com maiores chances de serem vítimas e que em casos como estes o abuso sexual seria o mais propício para o abusador e existe a dificuldade da vítima expressar tal violência sofrida, assim como as denúncias são raramente expostas.

Portanto, não existe uma concordância entre os autores referente os tipos de violência mais comuns envolvendo crianças e adolescentes com deficiência. Enquanto algumas pesquisas apontam que o abuso sexual outros estudos enfatizam a negligência e a violência física como os mais frequentes.

4.2 A negligência e a violência sexual como as principais formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes com deficiência conforme dados da APAE - São Borja

Segundo a pesquisa documental realizada na instituição APAE de São Borja constatou-se através dos atendimentos durante o Estágio Obrigatório de Serviço Social, entre os 12 (doze) casos de violência entre crianças e adolescentes com deficiência as formas que se manifestaram foram a negligência: 9 (nove) casos e o abuso sexual: 3 casos.

QUADRO 03 – No quadro abaixo, é ilustrado os casos atendidos na instituição APAE de crianças ou adolescentes vitimizados por violência. É importante salientar novamente, que os nomes são fictícios a fim de manter o sigilo dos usuários.

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	SEXO	TIPO DE VIOLÊNCIA
1	Paula	F	Negligência
2	Gabriele	F	Negligência
3	João	M	Negligência
4	Tatiane	F	Abuso sexual
5	Marcos	M	Abuso sexual
6	Felipe	F	Abuso sexual
7	Juliana	M	Negligência
8	Rafaela	M	Negligência
9	Bruna	F	Negligência
10	Alex	M	Negligência
11	Gabriele	F	Negligência
12	Lucas	M	Negligência

Como demonstram os dados, a negligência era a forma mais comum encontrada entre os casos. Para as autoras Nogueira e Guerra (2008) a definem como:

A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas ou emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc., e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle (NOGUEIRA, GUERRA, 2008, p.33).

Nitidamente os usuários da APAE eram negligenciados principalmente no que diz respeito, aos cuidados de higiene pessoal, de alimentação e também sobre a saúde. Foram percebidas faltas a consultas médicas, que são extremamente necessárias para um acompanhamento perante, a deficiência da criança ou adolescente. Como bem, define a negligência o autor Santos (2002) que faz uma síntese detalhada sobre a negligência:

Define-se como privação de comida, bebida, cuidados médicos, estímulo e afeto. Constitui uma conduta intermediária até condutas violentas de maior gravidade [...] supõem um risco objetivo para sua saúde, a ausência de cuidados higiênicos é também expressão de abandono da criança e constitui uma atitude agressiva (SANTOS, 2002, p. 201).

É importante lembrar que crianças e adolescentes com deficiência usuários da instituição APAE, que eram negligenciados, faziam parte de famílias em situação de vulnerabilidade social, onde a principal condição social era a extrema pobreza. Na sociedade capitalista, situações como estas são advindas da má distribuição econômica, onde existe o conflito entre o capital e o trabalho. Em que a classe trabalhadora é explorada pela burguesia dominante. Portanto, famílias como as que foram pesquisadas na instituição APAE, sofrem as expressões da questão social. Bem como, a autora faz uma análise nesse sentido:

[...] a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural [...] (YAZBEK, 2012, p.289).

E fica extremamente complexo a compreensão da negligência diante de famílias como estas, onde os responsáveis precisam sair para trabalhar para buscar meios de sobrevivência, deixando-os os filhos com deficiência sobre os cuidados de irmãos, ou cuidadores ou até mesmo sozinhos, por um curto período. A autora Minayo (2002) salienta após conceituar a negligência, a dificuldade de caracterizá-la quando existe a pobreza:

[...] representam uma omissão em relação às obrigações da família e da sociedade de proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Expressam-se na falta de alimentos, de vestimenta, de cuidados escolares e com a saúde, quando as falhas não são o resultado de circunstâncias fora do controle e alcance dos responsáveis pelos adolescentes e crianças. Trata-se de um tipo de ação difícil de ser qualificada quando as famílias estão em situação de miséria (MINAYO, 2002, p. 106).

A negligência da família pode ser apenas a forma mais aparente da violência, que esconde as violações e carências vivenciadas pelas famílias. O que está na essência dessas violências são a pobreza, desemprego, trabalho informal, falta de

acesso a serviços públicos, entre outros elementos. O Estado deveria através de políticas públicas eficazes suprir a necessidade dessas famílias, mas como ele é contraditório inerente da sociedade capitalista, esses direitos estão viabilizados apenas no papel. Porque na prática algumas famílias não conseguem acesso ao BPC por exemplo que é um direito, e as famílias que o possuem alegam que é insuficiente perante aos inúmeros gastos que uma criança ou adolescente com deficiência abrange.

A negligência era também analisada com os usuários na instituição APAE, da seguinte maneira: sucedia que como os responsáveis na maioria as mães e/ou avós maternas, somente a mãe ou a avó trabalhava, os filhos/filhas com deficiência ficavam na maioria das vezes, sobre os cuidados de outros irmãos ainda pequenos. Assumindo desta maneira, uma responsabilidade que não lhes competia, resultando em si próprios sendo negligenciados. Porém, ocasionado pela própria desigualdade social e vulnerabilidade em que vivem, ou seja, tais situações não eram intencionais, mas decorrentes de necessidades sociais que demandavam das próprias famílias, respostas para tal. Moreira et al (2014), irá abordar referente a este fato:

A relação de vulnerabilidade e desamparo a que estão expostas as crianças e adolescentes com deficiência, revela-se violenta não somente para eles, mas muitas vezes para os irmãos “saudáveis”, que em função da presença da criança e do adolescente com deficiências, precisam funcionar apoiando, cuidando e, por isso mesmo, se vêem submetidos eles próprios a uma posição na qual predomina a impossibilidade de serem cuidados, estudarem, e de serem crianças (MOREIRA et al, 2014, p.3874).

Na pesquisa desenvolvida por Vaz (2010) ela aponta que os recursos financeiros estão interligados a negligência das crianças ou adolescentes com deficiência, porém não é o único fator que deve ser analisado:

[...] a negligência familiar está muito associada às condições materiais de existência, haja vista que alguns elementos como a monoparentalidade e renda insuficiente para a manutenção dos membros são fatores que influenciam no cuidado de crianças, mas não deve ser visto apenas por esse prisma, a construção sociocultural de infância, de cuidados tem também influência nesta questão, uma vez que situações de negligências não são encontradas apenas em famílias empobrecidas (VAZ, 2010, p.89).

Em alguns casos na APAE, observou-se a falta de demonstração de afetividade dos pais ou responsáveis perante a criança ou adolescente, percebendo-se, portanto, que a falta de recursos financeiros não é o único determinante para

que aconteça a negligência. Essa falta de demonstração de afetividade analisada, pode ser proveniente desde a concepção desta criança ou adolescente. Que pela deficiência houve frustração por parte dos pais, pela perda da idealização de um filho em plenas condições de saúde física e mental.

E no que diz respeito ao abuso sexual, por intermédio dos dados documentais obtidos na APAE de São Borja, entre os 12 (doze) casos nas quais os usuários foram vitimizadas por violência, em três destes, ocorreram a suspeita do abuso sexual. Nos respectivos casos de: Tatiane, Marcos e Felipe. Cabe salientar, que o termo “suspeita” é empregado pois, trata-se de um tipo de violência que é difícil uma comprovação efetiva. Como aborda a autora:

É importante considerar que as situações de abuso sexual possuem peculiaridades que tornam mais difícil sua revelação por parte das vítimas, bem como sua detecção e denúncia por parte dos adultos, notadamente quando ocorrem no meio familiar (WANDERER, 2012, p.65).

Os casos de abuso sexual ocorreram respectivamente com 2 (dois) meninos crianças (Marcos e Felipe) e uma menina adolescente (Tatiane). Estes casos, recebiam um pleno acompanhamento dos profissionais da APAE, das Professoras, Assistente Social e Psicóloga. No que diz respeito, de como os profissionais ficaram sabendo destes fatos, ocorreu que a própria família relatou os acontecimentos. Sendo em apenas um dos casos de um menino o Felipe, a suspeita do abuso sexual, aconteceu no âmbito doméstico, onde a suspeita era de que um familiar cometia abusos, sendo que o fato era atribuído a deficiência da criança, com a finalidade de “acalma-lo”.

Nos outros 2 (dois) casos (Marcos e Tatiane) o abuso sexual aconteceu com conhecidos das vítimas. O que é relevante, destacar é que nesses 3 (três) casos as crianças e a adolescente tinham deficiências de transtorno mental e intelectual. Como bem assinala a autora Barros (2014) referente ao assunto, destacando estudos internacionais:

“Estudos mostram que crianças e adolescentes com determinados tipos de deficiência apresentam maior vulnerabilidade à específicas formas de maus-tratos, como aqueles com deficiência intelectual em relação ao abuso sexual” (BARROS, 2014, p. 11, 12).

No que diz respeito, a definição do abuso sexual, conforme as autoras, Azevedo, Guerra (2007) é:

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 42).

Mesmo que os dados da APAE apresentam os meninos como principais vítimas (informação que não pode ser considerada representativa da realidade), dados da ONU, no que diz respeito a violência contra PCD revelam que há uma desigualdade de gênero, ou seja, a vítima mais frequente a abusos é a menina com deficiência e reafirma que pessoas com deficiência possuem mais probabilidade de serem violentadas:

Mulheres e meninas com deficiência são particularmente vulneráveis a abusos. Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, proteção jurídica ou cuidados preventivos (ONU BRASIL, 2014).

Da mesma maneira o autor Williams (2003) também reafirma a maior probabilidade a violência contra PCD, seguindo a literatura norte - americana: [...] as pessoas com deficiência têm 1,5 mais chances de serem vítimas de abuso sexual e 4 a 10 vezes maior probabilidade de terem experienciado maus-tratos infantis, quando crianças (WILLIAMS, 2003, p. 146).

Ainda sobre o abuso sexual entre crianças e adolescentes no âmbito geral, as autoras fazem observações extremamente importantes, considerando o abuso-vitimização sexual, levando em consideração a bibliografia brasileira e estrangeira, acerca do assunto:

[...] - não pode ser dito como um fenômeno característico da pobreza. Já há suficiente evidência empírica para suportar a afirmação de que não há nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social que esteja imune a sua ocorrência; - trata-se de um fenômeno que, embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada; - trata-se de um fenômeno que pode reproduzir-se ciclo de violência [...]; -trata-se de um fenômeno que, embora vitimize meninos, tem na mulher-criança sua vítima mais frequente. Isso tem a ver com o fato de que a vitimização é um processo que tem sua raiz no padrão falocrático de relações de gênero. Nessa mesma raiz está o fato de tratar-se de um fenômeno onde o agressor é um homem, na quase totalidade dos casos (AZEVEDO, GUERRA, 2007, p. 43 e 44).

Sobre a citação de Azevedo, Guerra (2007), conclui-se que primeiramente, a vitimização sexual está presente em todas as classes sociais; que é dentro da casa da criança ou adolescente é o lugar mais propício a acontecer a violência; e está ligado intimamente as relações de gênero, provenientes de uma sociedade machista e patriarcal, onde é evidenciado que a menina é a vítima mais comum, e o homem o agressor na maioria dos acontecimentos.

Em relação às situações que se apresentavam como de suspeitas de abuso sexual entre os usuários da instituição APAE ficou nítido que trata-se de uma situação muito complexa. Nestes três casos as crianças ou adolescentes acometidas por este tipo de violência, possuíam dificuldades mentais, intelectuais e no aprendizado. E também pelas famílias tratarem do assunto com receio e medo. Não foi identificado nos registros da instituição nenhum tipo de encaminhamento para a rede de atendimento do município, como por exemplo, ao CREAS que é uma instituição especializada em atendimentos em que crianças e adolescentes que são vitimizados. Destaca-se que seria de fundamental importância realizar intervenções em rede com outras instituições e profissionais, tendo em vista as possibilidades de melhor compreensão, análise e intervenção diante das situações, que poderiam contribuir para o enfrentamento das diversas violações de direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, verificou-se que as PCD ao longo da história da humanidade sofreram com discriminações, preconceitos, eram excluídas do convívio social, além de sofrerem até mesmo com formas brutais de assassinatos, na antiguidade. Passaram-se muitas décadas e séculos para que finalmente fossem reconhecidas como sujeitos de direitos, pelo Estado. Que foi fruto de lutas e conquistas, ligadas principalmente ao movimento político das PCD, sobretudo no contexto brasileiro. Onde houveram organizações e mobilizações sociais para a conquista de cidadania e direitos a acessibilidade e as políticas públicas.

No que diz respeito, a abordagem de algumas categorias fundamentais para ter base de apropriação teórica acerca da violência, foi relevante destacar primeiramente a Questão Social, como objeto de trabalho dos Assistentes Sociais e também sobre sua gênese. Referente à categoria vulnerabilidade social, a sua compreensão ficou no sentido que ela não deve estar limitada apenas as condições de renda de uma família, e sim a um conjunto de fatores sociais, de risco ou desvantagem, falta de acesso a serviços público, as diferentes condições de trabalho como o desemprego e trabalho precário informal. Elementos que na maioria das vezes se interligam e vão possibilitar o entendimento de uma família que vive em vulnerabilidade social. Nesse sentido ficou explícito, as situações sociais de vulnerabilidade nos usuários vítimas de violência atendidos na instituição APAE – São Borja.

Em relação à vulnerabilidade à violência contra crianças e adolescentes com deficiência, foi plausível analisar como se evidencia esta problemática diante da pesquisa bibliográfica como também pela pesquisa documental na instituição APAE – São Borja. Verificou-se, portanto, que a vulnerabilidade social propicia e está intimamente interligada a situações de violência contra crianças e adolescentes com deficiência.

E no que diz respeito, as principais formas de violência que vitimizam crianças e/ou adolescentes com deficiência foi constatado por intermédio da pesquisa bibliográfica tanto na literatura internacional como na brasileira é que os autores não chegam a um consenso sobre as mais frequentes tipos de violência contra crianças e adolescentes com deficiência. Enquanto alguns enfatizam a violência física, outros destacam a violência psicológica, e outros destacam o abuso sexual e a negligência

como os tipos mais predominantes. No entanto, na pesquisa documental realizada na instituição APAE analisou-se que as principais formas de violência são a negligência aparecendo em destaque com 9 (nove) casos seguido do abuso sexual 3 (três) casos.

Referente às situações sociais de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência verificou-se que as condições sociais os autores encontrados na pesquisa bibliográfica abordou que existe um conjunto de fatores interligados a deficiência que criam um ciclo de vulnerabilidades sociais que irão propiciar casos de violência nas famílias de crianças e adolescentes. Tais elementos são: a pobreza, baixa escolaridade, desemprego, exclusão, estigmas, entre outros. Já na pesquisa documental as mais comuns situações sociais de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias como os casos de violência foram: a extrema pobreza e as condições de trabalho precário e informal e também o desemprego.

Em relação a análise se a criança e/ou adolescente com deficiência está mais vulnerável às situações de violência, foi verificado através da pesquisa bibliográfica que os autores que abordam a temática entram em uma unanimidade e afirmam baseados tanto pelos seus próprios estudos como também em pesquisas estrangeiras que sim, as crianças ou adolescentes com deficiência estão mais suscetíveis a vivenciar casos de violência. Tanto pela vulnerabilidade da própria deficiência, quanto pelo conjunto de fatores sociais que permeiam a família.

Portanto, o que merece destaque na temática da vulnerabilidade a violência contra crianças e adolescentes com deficiência foi que as políticas públicas que atendem crianças e adolescentes com deficiência são atualmente ineficazes. Pois, as situações sociais em que as famílias se encontram são de extrema vulnerabilidade social. Reafirma-se, que o modo de produção capitalista, permeia e interfere nas relações sociais humanas. Enquanto, a classe burguesa possui muitos recursos financeiros para sobreviver e explorar a classe trabalhadora padece. Incluso nesse contexto os pais de crianças e adolescentes com deficiência que não possuem o básico, como alimentos e medicamentos, muitas vezes para oferecer aos seus filhos. Diante disso, se vêem obrigados a buscar meios de sobrevivência para mantê-los. Deixando-os assim, a mercê de situações de violências.

Esta é uma problemática que necessitaria de mais literaturas da área do Serviço Social, pois, a violência é uma expressão da questão social e, portanto,

objeto de intervenção do Assistente Social (IAMAMOTO 2012). É importante salientar, que um desafio para a realização deste estudo foi a falta de bibliografias, especialmente da área do Serviço Social.

Em relação à ótica de intervenção para prevenção da violência contra crianças e adolescentes com deficiência na comunidade local, seria relevante, que esse assunto fosse discutido por intermédio de projetos e ações, podendo partir de iniciativa da própria UNIPAMPA, através, de projetos de extensão, em que os discentes e docentes do Curso de Serviço Social, pudessem abordar e discutir esse tema. Principalmente, na instituição APAE e em escolas na sociedade local no município de São Borja, envolvendo, os pais, juntamente com as crianças e os adolescentes em que os usuários também pudessem se expressar acerca do assunto. Onde fosse ressaltado aos profissionais da instituição a necessidade de um trabalho em rede no município, nesses casos onde existe a violação de direitos. Nesse sentido, essas ações possibilitariam dar visibilidade, conscientização e prevenção. Intervindo dessa maneira, em uma expressão da questão social, latente na sociedade local.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza. **Risco e Vulnerabilidade: Razões e implicações para o uso na política nacional de assistência social**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6497/1/Mirella%20Souza%20Alvarenga.pdf>
Acesso em: 30 ago.2017.

AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença/deficiência. Brasília, DF: CORDE, 1994.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Organização das Ações de Atenção à Saúde: modelos e práticas. In: Saúde e Sociedade, v.18, supl.2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/03.pdf>
Acesso em 02 out. 2017.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. Et al., **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2º ed. São Paulo, Iglu, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering de Barros. Proteção e vulnerabilidade à violência familiar em crianças e adolescentes com deficiências- Tese de Doutorado Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
>https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10947/2/ana_claudia_mamede_wiering_d_e_barros_iff_dou_2014.pdf<
Acesso em: 01 de set. 2017.

t
_____, et al., A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
><http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n6/1678-4464-csp-32-06-e00090415.pdf><
Acesso em 04 set. 2017.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Exclusão social e vulnerabilidade de pessoas com deficiência: uma reflexão**. Centro Universitário São Camilo, 2010. Disponível em:
>https://www.researchgate.net/publication/283731096_EXCLUSAO_SOCIAL_E_VULNERABILIDADE_DE_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA_UMA_REFLEXAO<
Acesso em 15 set. 2017.

BONITO, MARCO. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível : mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**, São Leopoldo, 2015. Disponível em:
>http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4834/Marco%20Antonio%20Bonito_.pdf?sequence=1&isAllowed=y<
Acesso em: 05 nov. 2017.

BRASIL. (2009). Decreto nº. 6.949/2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
Acesso em: 01 nov. 2017.

_____, **Decreto nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso
><http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6214-26-setembro-2007-560259-publicacaooriginal-82934-pe.html><
Acesso em 7 out. 2017.

_____. **Cartilha do Censo 2010 das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2012. Disponível em:
><http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf><
Acesso em: 05 nov. 2017.

_____, Constituição Federal (1988). Brasília, 2011.

_____. **Para todos movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**
Disponível em:
><http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/pdfs/catalogo-para-todos><
Acesso 30 set. 2017.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, 1990.

_____, **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146, 2015.

_____, **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2481.htm>
Acesso em 03 de out. 2017.

_____, **PNAS, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Ministério da Previdência Social. Brasília, 2004. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf
Acesso em 05 set. 2017.

_____, SUAS, Sistema Único de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2012. Disponível em:
>http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf<
Acesso em: 20 set. 2017.

CALVANCANTE , et al., **Diagnóstico situacional da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro.** Centro

Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro RJ, 2009. Disponível em:

><http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a10v14n1.pdf><

Acesso em: 02 set. 2017.

CALVANCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência.** Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz. Rio de Janeiro RJ, 2009. Disponível em:

><http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a11v14n1.pdf><

Acesso em: 03 set. 2017.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação Inclusiva e Diversidade: Uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais.** Porto Alegre: Redes Editora, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em:

<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

Acesso em 28 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Violência de pais contra filhos a tragédia revisitada.** São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 2012.

Lanna Júnior, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho.** PUC-SP, São Paulo, 2009. Disponível em:

><https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Laraia.pdf><

Acesso em 02 set. 2017.

MARANDOLA, Eduardo Jr.; HOGAN Daniel Joseph. **As dimensões da Vulnerabilidade.** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, 2006.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho.** São Paulo: LTR, 2005.

MINAYO. **O significado social para saúde da violência contra crianças e adolescentes.** In: WESTPHAL, Márcia Faria (Org.). *Violência e criança*. São Paulo: Edusp. 2002.

_____. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.** *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, nov. 1997- 1998. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/17_11_36_40_viol%C3%Aancia_e_sa%C3%BAde.pdf

Acesso em: 14 jun. 2017.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. **Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

><http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3869.pdf><

Acesso em: 15 set. 2017.

NETTO. José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie.** Artigo baseado na comunicação apresentada na sessão temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo: o socialismo como alternativa à barbárie” do III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie. Portugal, 2010.

_____. **Elementos para uma leitura crítica do manifesto comunista.** São Paulo, 1998.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo, Expressão Popular, 2011.

ROCHA, Z (1996) Apud LEVISKY, David Léo in Almeida, Maria Blaya Graça (org). **A Violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre, EDPUCRS, 2010.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro L. dos. Raízes da violência na criança e danos psíquicos. In: WESTPHAL, Márcia Faria (Org.). **Violência e criança.** São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas.** Porto Alegre, RS: PUC, 2015. Disponível em: ><http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6335/2/475283%20Texto%20Completo.pdf><

Acesso em: 27 set. 2017.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social - Metodologia da prática Dialética.** Porto Alegre: GRATURCK, 2012.

ONU BRASIL. **A onu e as pessoas com deficiência.** ONU Brasil - Organizações Unidas no Brasil, 2014. Disponível em:

><https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/><

Acesso em 25 set. 2017.

VAZ, Viviane Cristina Silva. **A negligência familiar sob o olhar de mães e de profissionais da APAE-Franca** / Franca: UNESP, 2010. Disponível em:

>https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98526/vaz_vcs_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y<

Acesso em: 01 jul. 2017.

WANDERER, Aline. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: Discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia.**

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. Brasília, 2012. Disponível em:

>http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/12363/1/2012_AlineWanderer.pdf<

Acesso 15 jul. 2017.

WILLIAMS, L. C. A . (2003). **Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão de área.**

Revista Brasileira de Educação Especial, 9 (2), 141-154. Disponível em:

><http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/artigos/2003-williams.pdf><

Acesso em: 30 set. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em:

><http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf><

Acesso 15 out. 2017.

APÊNDICE 1

ROTEIRO NORTEADOR:

- 1- Quais as principais formas de violência que vitimizam crianças e/ou adolescentes com deficiência?

- 2- A criança e/ou adolescente com deficiência está mais vulnerável às situações de violência?

- 3- Quais as situações sociais de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias com crianças e/ou adolescentes com deficiência?